

AS MUDANÇAS NO CICLO DE VIDA DA FAMÍLIA COM A CHEGADA DO PRIMEIRO FILHO¹

Ana Paula Miguel Maldonado Gutierrez
Sheila Regina de Camargo Martins

Introdução

No cenário de interesse sobre as primeiras experiências da infância, e influências dessas sobre o desenvolvimento das pessoas a abordagem sistêmica em terapia familiar introduziu a discussão sobre a relevância de se considerar o contexto familiar e social no processo interacional com os filhos.

As mudanças nos relacionamentos intrafamiliares geradas pela chegada de um novo membro muitas vezes antecedem questões difíceis como, por exemplo, a possibilidade da ocorrência de divórcios e, ainda o crescimento dos índices de infidelidade e de alcoolismo; requerendo um aprofundamento no estudo sobre as questões relacionadas com a adição de novos membros à família (Eisenberg, Murkoff & Hathaway, 1998).

O tema é investigado no presente trabalho a partir dos conhecimentos sobre as mudanças que ocorrem no ciclo de vida familiar na área da Abordagem Sistêmica e sobre como o assunto vem sendo discutido no campo da Psicologia, considerando-se as publicações científicas sobre o tema entre os anos 1997 e 2011. O estudo visou contribuir com tais discussões, na medida em que as reflexões sobre essa fase do ciclo vital podem oferecer subsídios para compreensão das mudanças e dos impactos gerados pela inclusão de um novo membro na esfera familiar, e favorecer, assim, a construção de estratégias de intervenção de promoção da saúde e de atenção à família.

Objetivos

O principal objetivo da pesquisa foi compreender como a chegada do primeiro filho influencia a vida familiar, tendo em vista tanto as alterações presentes na vida dos pais no que se refere à: identidade, padrões relacionais, vida profissional e contato com a família

¹ Trabalho baseado em monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Atenção à Família e à Comunidade realizada pela primeira autora e orientada pela segunda.

ampliada; quanto como tais questões estão sendo estudadas em face às modificações econômicas, sociais e tecnológicas na atualidade.

Família e desenvolvimento

A concepção de família depende da área de conhecimento, cultura e época da história em que é enfocada. Na história da sociedade ocidental, vem sofrendo muitas transformações acompanhando modificações econômicas, culturais e sociais como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a decisão de ter menos filhos, o estabelecimento dos casamentos homossexuais, o reconhecimento social e legal das uniões não formalizadas, a ampliação do número das famílias pluricompostas, a adoção por progenitores solteiros, entre outros (Carter & McGoldrick, 1989/1995; Cerveny, 2002). Logo, a ideia de família “normal” tem que ser revista e é necessário repensar os antigos ideais que existiam.

Adota-se para o presente trabalho a concepção de família como arranjo social especial formado por pessoas que se apoiam, se protegem e que favorecem a socialização de seus membros, bem como a transmissão da cultura. Na área da terapia familiar, Carter e McGoldrick (1989/1995) consideram a família como um sistema social aberto que se modifica ao longo do tempo. Analisam que nesse processo de desenvolvimento, três ou quatro gerações se transformam de forma simultânea enquanto ultrapassam as diferentes fases. Para as autoras o sistema familiar sofre pressões dos estressores horizontais, ou seja, daqueles que solicitam transformações decorrentes do desenvolvimento de seus membros, de pressões externas (contexto social) e ainda dos estressores verticais, que são inerentes aos padrões, mitos, segredos e legados de cada sistema familiar peculiar. Diante das diferentes pressões surge a necessidade de mudanças. Muitos autores traçam uma ligação entre mudança de etapa no ciclo vital e crise (Carter & McGoldrick, 1989/1995; Cerveny & Berthoud, 1997).

Minuchin (1974/1982) argumenta que a família funciona de acordo com padrões relacionais preferidos, e que, quando se faz necessário, ela disponibiliza padrões alternativos. O desenvolvimento do sistema requer uma reestruturação baseada na flexibilidade de tais padrões, e quando há rigidez e fixação em padrões disfuncionais podem surgir problemas e sintomas. Além das mudanças horizontais (que acompanham a evolução da família no tempo

cronológico e no amadurecimento de seus membros) podem incidir sobre as famílias outras pressões de mudança não previsíveis, como a perda de emprego, morte, migração, a transferência de emprego do provedor, uma doença grave, ou ainda perdas significativas. Os divórcios e recasamentos que por muito tempo não foram considerados eventos normativos (no sentido de esperados) atingiram, nos últimos anos, níveis que os tornam acontecimentos bastante comuns nas famílias (Carter & McGoldrick, 1989/1995).

Cada família desenvolve e compartilha um sistema de crenças que imprime significado aos acontecimentos do cotidiano. Rituais como casamentos, nascimentos, separações e despedidas são repletos desses valores simbólicos na família. E o compartilhar desses valores pode ajudar as famílias a enfrentar as crises no processo de desenvolvimento. Colaboram para a criação de um sentimento de pertencimento e de identidade que permite a permanência do sentido de coesão no processo de mudança ao longo de seu ciclo vital.

No presente estudo, são considerados os principais aportes teóricos sobre o ciclo vital em terapia familiar propostos por Carter e McGoldrick (1989/1995), Cerveny e Berthoud (1997), Minuchin (1974/1982). Carter e McGoldrick (1989/1995) e Minuchin (1974/1982) são autores consagrados no campo da Terapia Familiar Sistêmica. Cerveny e Berthoud (1997) têm contribuído significativamente com estudos nacionais na atualidade. Desses autores, apenas Minuchin (1974/1982) não distingue o ciclo de vida familiar típico de famílias empobrecidas daquele, em geral, estabelecido nas famílias de camadas médias da população.

Com o objetivo de estudar as mudanças na família com a entrada do primeiro filho, especial atenção será direcionada à análise da Fase de Aquisição (Cerveny & Berthoud, 1997). Tal fase pode ser considerada como a primeira do ciclo de vida familiar, e inclui a escolha do parceiro, a formação do novo casal, a chegada do primeiro filho e a vida com filhos pequenos (Bergami & Berthoud, 1997). Para Cerveny e Berthoud (1997) a principal tarefa nesta fase é adquirir, nos sentidos material, psicológico e emocional. Questões como idade, maturidade e passagem por experiências anteriores irão influenciar a forma como a família irá viver essa fase. Segundo as autoras para os casais jovens a principal preocupação poderá ser com a aquisição de bens materiais e com a construção de suas carreiras, assim como a construção de regras de relacionamento que imprima autonomia à nova família em relação às suas

respectivas famílias de origem. A principal tarefa de casais maduros para a reconstrução de sua família é a negociação de novos papéis e funções tanto na família atual, como nas famílias de origem.

Argumentam também que o processo de formar o novo casal é permeado de mitos provenientes das histórias infantis e perpetuados pela sociedade, o que imprime maior complexidade à união dos dois ou mais sistemas familiares (Bergami & Berthoud, 1997). Cada um traz de suas experiências individuais em suas respectivas famílias de origem sonhos, expectativas distintas, e, ao longo do tempo, terão que ajustar seus modelos relacionais pessoais formando um sistema de valores e expectativas em comum com o parceiro. Simbolicamente o casamento, é marcado pelos ritos e cerimônias, mas só se desenvolve ao longo do processo da experiência cotidiana de vincular-se um ao outro. (Bergami & Berthoud, 1997).

Para Minuchin (1979/1982) a família como uma instituição social peculiar realiza duas funções principais a proteção psicossocial de seus membros e a de acomodação e transmissão da cultura. Além disso, colabora para o crescimento e diferenciação de seus membros. Nesse processo dois elementos são fundamentais: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. Com o primeiro, a pessoa se sente pertencendo a uma família específica, experimentando o fazer parte daquele grupo. Já o sentido de ser separado faz com que o membro desenvolva suas áreas de autonomia, participando de diferentes subsistemas e contextos. Na difícil tarefa de transição para o casamento, cada cônjuge precisa garantir um espaço para sua individualidade e, ao mesmo tempo, construir um contexto relacional em comum que os estruture como casal (Bergami & Berthoud, 1997, Carter & McGoldrick, 1989/1995, Cervený & Berthoud, 1997, Minuchin (1974/1982)).

De acordo com Bergami e Berthoud (1997, p. 60) o nascimento do primeiro filho altera definitivamente o sistema familiar. Minuchin (1979/1982) propõe que forma-se um novo subsistema formado por pai e mãe – subsistema parental, mas há necessidade de preservação e defesa do subsistema conjugal.

O nascimento emocional e psicológico do bebê se inicia muito antes de seu nascimento biológico. Para Bergami e Berthoud (1997) ele começa a nascer na infância dos

pais, e traz elementos das experiências precoces de cada cônjuge e também dos avós. A relação do casal e de toda família extensa irá influenciar as expectativas e como vão receber o filho.

O período que compreende a chegada do primeiro bebê pode ter um caráter de crise, ou seja, é um tempo de desorganização do funcionamento do sistema. Os estudiosos do tema coincidem em afirmar que não existe nenhuma experiência humana que provoque mais mudanças e que represente desafio maior do que a chegada dos primeiros filhos (Braga, 1978, Bradt, 2001, Maldonado, 1996). Tanto a família nuclear (pai, mãe e filhos) quanto a ampliada (avós, tios, primos, etc.) têm que rever seu relacionamento de forma significativa. Para Maldonado (1996) é necessário que seja estabelecido um espaço para o novo membro da família, pois o lugar que o bebê vai ocupar modifica muito o arranjo que havia antes.

Minuchin (1979/1982) destaca que o sistema parental também chamado de executivo precisa desempenhar as funções de: socializar, cuidar e garantir o crescimento dos filhos. No início, as funções de nutrição e cuidado prevalecem. As questões culturais de gênero exercem influências na hora de negociar a administração do tempo de dedicação às novas tarefas advindas com o nascimento do bebê (Carter & McGoldrick, 1989/1995).

Segundo Schneider-Harpprecht e Streck (1996) ambos os parceiros vivenciam a chegada do primeiro filho como uma perda, que pode ser tanto de convívio, atenção, ou intimidade. Especialmente os homens sentem-se em segundo plano, pois as esposas voltam-se ao bebê. E isso faz com que alguns pais vejam os filhos como concorrentes. Não é incomum que o índice de infidelidade cresça nessa fase e também que os homens busquem refúgio na bebida. Para Eisenberg, Murkoff e Hathaway (1998) muitos homens temem que seu relacionamento amoroso com a esposa nunca mais volte a ser como era antes da chegada da criança.

Com a gravidez e a chegada do primeiro filho os papéis sociais de homens e mulheres sofrem importantes alterações. Dada a crise de indefinição de papéis que nossa sociedade vive atualmente, essas alterações são ainda mais significativas. Existe uma cobrança social de comportamentos e sentimentos esperados de homens e de mulheres, sem que haja um modelo ou uma estrutura norteadora. Novos papéis estão ainda em construção. Segundo Bergami e

Berthoud (1997) nesse período, espera-se do homem, criado para ser ‘protetor’ e ‘provedor’, assuma uma postura acolhedora e sensível, e que colabore nas tarefas. Quanto às mulheres, cobra-se um perfil suave e compreensivo, mas que também possa competir e produzir no mercado de trabalho. Porém, quando se tornam mães, vão precisar equilibrar as tarefas da maternagem com as da vida profissional. Espera-se que as mães abram mão da profissão no início da vida de seus filhos, o que pode acarretar conseqüências irreversíveis em suas carreiras. Segundo as autoras, o casal precisa atingir um equilíbrio entre as funções conjugais, parentais e de desempenho de funções. A definição de tal questão sofre a interferência dos modelos relacionais das famílias de origem dos cônjuges e da forma como negociaram a co-construção de novas regras na família atual. Quando esse processo é prejudicado, o casal poderá repetir rigidamente os padrões vindos da casa de seus pais o que pode contribuir para incrementar conflitos conjugais (Bergami & Berthoud, 1997, p. 57). Os ideais de casamento e família, o ‘mito da família feliz’ também exercem pressões sobre o novo sistema, e o casal precisará se deparar com a diferença entre o ideal e o real.

Para Maldonado (1982) as atividades profissionais se relacionam com as mudanças necessárias nesse período, pois as transformações não são apenas psicológicas ou bioquímicas, mas também socioeconômicas. Na área profissional, a privação do mundo do trabalho poder trazer frustração, ansiedade, ressentimento, o que dificulta o encontro de gratificação na gravidez pela mulher.

De acordo com Bradt (2001) para os homens a relação entre família e trabalho é vista como mutuamente apoiadora e complementar, mas para as mulheres o trabalho e família representam exigências conflitantes. As mães temem que o trabalho fora de casa seja prejudicial para os filhos e se sentem culpadas. Alguns fatores contribuíram para a mudança do papel feminino, tais como a economia, oportunidades no mercado de trabalho e a probabilidade estatisticamente alta de divórcio. Mesmo diante dessas condições, Schneider-Harpprecht e Streck (1996) argumentam que muitas mulheres abandonam o trabalho para cuidar da criança recém-nascida. Para Blay (1978) metade das mães que trabalham precisa de ajuda externa para o cuidado do bebê. Essa ajuda é dada especialmente pelas avós e por empregadas. A necessidade de que alguém cuide da criança é enfatizada pelas condições

irrisórias oferecidas pela comunidade, embora exista uma garantia desse apoio prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileira.

Além dos problemas de ordem prática, a mulher trabalhadora ainda tem de enfrentar questões ideológicas. Blay (1978) discute a orientação do *padrão brasileiro* de que a mulher deve priorizar o cuidado dos filhos e da casa. Segundo o autor aproximadamente 25% dos maridos de mulheres que trabalham fora aceitam esse fato apenas pela necessidade de dinheiro.

Com relação à família ampliada, a chegada do primeiro filho, torna necessária uma grande habilidade em fazer acordos e negociações. As famílias de origem têm um papel importante nesse contexto. Ao mesmo tempo em que podem significar uma rede de apoio ao casal, os avós podem tornar-se fontes de conflitos caso insistam em perpetuar seus ‘mitos familiares’. O relacionamento com a família ampliada requer transformações, já que surgem os papéis dos novos pais e avós. Os últimos podem desenvolver com as crianças um relacionamento afetuoso e íntimo, sem a responsabilidade que a parentalidade requer.

Método

Foi realizado um estudo bibliográfico qualitativo sobre a chegada do primeiro filho. A busca de artigos sobre o tema foi realizada em 2011 na base nacional de dados científicos Scielo compreendendo o período de publicação entre 1997 e 2011. A partir dos termos: “primeiro filho”, “mudanças, filho”, e “maternidade”, foram recuperados 26 artigos. Após a seleção dos resumos 15 artigos foram lidos na íntegra e destacados os achados relacionados com o tema. A análise do material resultou na construção de categorias de análise que foram discutidas considerando-se a teoria da abordagem sistêmica sobre o assunto.

Resultados e discussão

Foram construídas as seguintes categorias de análise: gravidez; identidade materna; desenvolvimento da maternagem; vida profissional da mãe; envolvimento e participação do pai e família ampliada e figuras de apoio.

Foram agrupados sete artigos, que receberam as numerações: 1, 3, 5, 7, 8, 12, e 14, na

categoria de análise que aborda a **gravidez**. Piccinini, Gomes, Nardi, e Lopes (2008, artigo 8) argumentam que o processo de constituição da maternidade começa a ser construído a partir das primeiras relações e modelos de identificação da mulher, passando pelas atividades lúdicas na infância, adolescência, desejo de ter um filho, até chegar à gravidez propriamente dita. Esse processo depende da cultura e da família em que a mulher está inserida, e das representações e significados do que é ser mãe nesses contextos. Para Lopes, Prochnow e Piccinini (2010, artigo 3) gravidez é um período de preparação para a mulher tornar-se mãe no contexto psicossocial no qual a mulher pode refletir sobre as mudanças e os desafios que precisará enfrentar, como por exemplo: o luto do corpo anterior, alteração de sua identidade e de suas funções e rotina. No artigo 8, Piccinini et al (2008) descrevem a gravidez como uma oportunidade de a mulher reestruturar sua vida e seus papéis. Tais mudanças são de ordens: biológicas, somáticas, psicológicas e sociais e ainda na relação conjugal. Observaram no estudo uma tendência dos homens em participar da gestação dividindo algumas tarefas domésticas com suas esposas, o que revelou uma postura mais protetora deles nessa fase. As alterações emocionais próprias do período gestacional foram descritas pelas gestantes participantes (n=39) do estudo, por sentimentos como os de inadequação, conformidade (aceitação das mudanças próprias da gravidez), estranhamento e intensificação dos sentimentos. Especialmente as primíparas disseram sentir certa insegurança quanto aos cuidados do filho e às exigências da nova fase. As experiências dessa fase tendem a exacerbar sua sensibilidade, e é possível que fiquem mais suscetíveis a crises emocionais. Referiram também ciúmes, dirigidos a outras mulheres e até mesmo em relação ao bebê. Por outro lado, os autores salientam que a grávida pode experimentar um intenso crescimento psíquico e emocional, inaugurando um novo potencial para resolver conflitos, dada a plasticidade da fase.

A gravidez significa um momento de preparo não só para as mães, mas também para os pais. Sobre o **envolvimento e participação do pai**, Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes e Tudge (2004), do artigo 12, falam sobre a série de adaptações e mudanças que a parentalidade exige, nos níveis psicológico, biológico e social. Os autores são de opinião que o vínculo do pai com o bebê tende a desenvolver-se de forma mais lenta, pois é mediado pela mãe. Muitos

pais só conseguem fazer uma ligação concreta com a criança depois do nascimento, e durante a gestação, podem experimentar sentimentos de exclusão, ciúmes, inveja e ansiedade. A participação do pai nas ecografias e a verificação do desenvolvimento do feto costumam ajudar no envolvimento do pai. A maioria (91%) dos 35 pais participantes do estudo relatou acompanhar os exames pré-natais e experimentar emoção com a percepção mais concreta da existência do bebê. Essa participação também foi por eles descrita como forma de apoiar afetivamente a esposa. Quase todos os pais desse estudo relataram estar disponíveis ao aumento da necessidade de apoio emocional das mulheres, com atitudes mais compreensivas e tolerantes nessa fase.

Na categoria de análise **identidade materna**, segundo a posição assumida por Kimura (1997) no artigo 1, os diversos papéis sociais atribuídos ao indivíduo compõem sua identidade, e por isso cada um não deve ser visto de forma isolada, mas sim entendido no contexto relacional. A identidade materna começa a ser constituída desde a gestação, quando a mulher constrói uma imagem idealizada de si, como mãe, e do bebê, como filho. De maneira semelhante, no artigo 8, Piccinini et al (2008) assumem que é desde a gravidez que a mulher começa a reorganizar e reformular sua identidade e suas relações interpessoais. Também Lopes et al (2010, artigo 3) discutem o processo de realinhamento emocional da mulher com a chegada do primeiro filho. O foco da mulher muda, passando das questões pessoais para o bebê, que é considerado o assunto mais importante. Ela se percebe menos como mulher e como esposa e mais como mãe. Quanto ao companheiro, percebe-o muito mais como pai do que como homem ou parceiro sexual. Sua atenção se desloca da profissão para a criança e seu desenvolvimento. Toda essa alteração de percepção e foco favorece a construção da nova identidade materna. O artigo 10 de Scavone (2001) defende que as tecnologias de concepção e contracepção, e os avanços na área da saúde possibilitaram uma desvinculação entre ser mulher e ser mãe. Rompeu-se o determinismo biológico da maternidade, e a sexualidade separou-se da reprodução. Assim, apesar do peso cultural vigente, ter a identidade de mãe não é mais uma obrigação passa a ser cada vez mais uma escolha reflexiva.

Sobre o **desenvolvimento da maternagem** foram agrupados os artigos 1, 3 e 11. No artigo 11, Moreira e Rasera (2010) discutem que na fase inicial da maternagem é possível que

surjam sentimentos contraditórios, já que a mulher perde muito da atenção dirigida a ela durante a gestação, e é cobrada quanto os cuidados do filho pela família e pela sociedade, além das limitações sentidas em sua rotina e vida pessoal. Segundo Lopes et al (2010, artigo 3) um dos primeiros desafios encontrados nessa fase é se deparar com o filho real, por vezes diferente daquele que foi idealizado. Deixar a idealização quanto ao seu desempenho como mãe é outro desafio. Ocorre então, o luto do bebê e da mãe perfeitos. Lopes et al (2010, artigo 3) analisam o estado psicológico especial que a mulher entra ao dar a luz. Referem-se à tendência da mãe voltar sua atenção ao bebê, o que possibilita manter a vida e o crescimento dele. Desde a gravidez esse estado especial vai sendo construído (não como algo natural ou inato) e a mãe torna-se mais sensível às necessidades do filho, excluindo temporariamente outros interesses e focos.

No âmbito profissional, algumas atividades precisam ficar em suspenso na gravidez e especialmente logo que nasce o bebê. A **vida profissional da mãe** é abordada pelos artigos 4, 6, 8, 9, 10 e 11. Segundo Scavone (2001, artigo 10) a maternidade ainda é um dilema para as mulheres que desejam seguir suas carreiras, pois são elas que assumem a maior parte dos cuidados parentais. A atual redução do número de filhos diminuiu essa ambigüidade entre vida familiar e vida profissional, porém não a esgotou. Moreira e Rasera (2010, artigo 11) argumentam que na visão de algumas mulheres, a profissão ou os estudos podem ameaçar e comprometer a capacidade de cuidar do filho, e para elas esse cuidado é colocado como seu compromisso primordial. No artigo 4, Souza, Rios-Neto e Queiroz (2011) analisaram os efeitos dos filhos sobre a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Observaram que a chegada dos filhos diminui a probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho. Verificaram uma tendência das mulheres em desistir de trabalhar, temporária ou definitivamente, reduzir o tempo da jornada, mudar de profissão e até mesmo de retardar promoções e aumentos salariais. Apuraram que nos anos 1990, o primeiro filho reduziu a participação das mulheres (entre 15 a 49 anos) na PEA em 8,25%. Já na primeira década de 2000, a redução foi menor, passando a ser de 6,4%. Houve uma tendência de queda da redução de participação da mulher no mercado de trabalho entre os anos 1990 e 2000. Scavone (2001, artigo 10) argumenta que os avanços sociais e tecnológicos exercem

uma alteração na maternidade, inclusive quanto ao tempo e forma de ter os filhos. Em relação à profissão, quanto maior o nível de escolaridade e o envolvimento com a carreira, mais reflexões a mulher faz acerca do momento de ter os filhos. Já existe um avanço da idade da realização da maternidade. Em geral, as mulheres que trabalham fora buscam a estabilidade na carreira e independência financeira antes de ter o bebê. Estudando essa tendência, o autor aponta que a família brasileira vem sofrendo transformações com redução do número de membros, e acréscimo de mulheres chefes de família. Souza et al (2011, artigo 4), Scavone (2001, artigo 10) apontam que a mulher brasileira vem participando cada vez mais do mercado de trabalho. Todos os indicativos descritos por Scanove (2001) no artigo 10 levam a crer que o Brasil está em plena transformação quanto à experiência da maternidade. Seguindo as tendências de sociedades industriais avançadas, vêm reduzindo a prole e refletindo mais sobre a escolha de ter filhos. No Brasil esse processo de mudanças não é algo uniforme devido às grandes diferenças sociais e econômicas entre as classes. Almeida (2007, artigo 9) analisa que o trabalho da mulher tem significados diferenciados dependendo da camada social em que está inserida. Nas camadas médias, a mulher trabalha buscando realização pessoal, *status* e crescimento individual. O trabalho é um projeto mais individual com reflexos na construção de sua identidade, para essas mulheres fica mais visível o conflito entre a função materna e o trabalho. Por outro lado, nas camadas populares, o trabalho assume o sentido de benefício para a família. O objetivo é ver a família melhorar de vida e portanto, para essas mães, os conflitos para conciliar a profissão e a maternidade são menores.

Os pais também passam por um processo de modificação à situação da parentalidade. O tema foi abordado pelos artigos 2, 3, 5, 7, 8, 10, 12 e 15 e agrupados na categoria de análise **envolvimento e participação do pai**. Piccinini et al (2004, artigo 12) argumentam que o homem passa por mudanças psicológicas, biológicas e sociais. No artigo 5, Bornholdt, Wagner e Staudt (2007) alertam que eles encontram pouco espaço para expressar suas expectativas, medos e angústias, e podem experimentar o sentimento de exclusão. Não contam com as modificações corporais, e assim tendem a sentir-se deslocados e enciumados com a atenção dirigida à grávida, segundo Piccinini et al (2004, artigo 12). Para muitos há o temor da desestabilização do casamento, e do decréscimo da vida social e sexual. De acordo

com Levandowski e Piccinini (2006, artigo 7), os pais antecipam a crescente responsabilidade e a conseqüente redução de liberdade que ocorrerão após a chegada do bebê. Bornholdt et al (2007, artigo 5), Piccinini et al (2004, artigo 12) e Silva e Piccinini (2007, artigo 15), tratam da questão financeira. A provisão da família, ainda creditada principalmente ao homem, se transforma em uma tarefa mais complexa com a chegada do primeiro filho. Entretanto, Piccinini et al (2004, artigo 12) e Silva e Piccinini (2007, artigo 15) argumentam que a responsabilidade do pai tem deixado de ser apenas a provisão econômica, e eles têm participado mais ativamente das tarefas diárias que envolvem o bebê e a casa. Essas mudanças que têm favorecido o envolvimento paterno, conforme Piccinini et al (2004, artigo 12) no que se refere aos aspectos de disponibilidade e presença do pai, interação pai-filho, e participação do pai nos cuidados e atividades do bebê.

Família ampliada e figuras de apoio é a categoria de análise que reúne os artigos 1, 2, 3, 5, 7 e 13. Bornholdt et al (2007, artigo 5), Kimura (1997, artigo 1), Levandowski e Piccinini (2006, artigo 7) e Lopes et al (2010, artigo 3) propõem que tanto homens quanto mulheres se voltam ao modelo de cuidado de seus próprios pais em busca de identificação para desenvolverem a própria parentalidade. Para Kimura (1997, artigo 1) essa identificação é feita com a figura mais familiar, a própria mãe, ou com quem preencheu essa função. Bornholdt et al (2007, artigo 5) discutem a importância da relação que o homem estabeleceu com sua família de origem no momento em que se torna pai. Defendem ser comum que a educação e os valores sejam reavaliados e reativados. Kipper e Lopes (2006, artigo 13) também abordam a reaproximação mãe e filha, afirmando que o neto contribui para a melhoria do relacionamento dos avós com os pais. Ao perceber o sofrimento de torna-se mãe, ocorre uma identificação entre as duas gerações, e a filha adulta é vista como tal. De acordo com esse estudo a chegada dos netos traz a oportunidade aos avós de refletir sobre suas vidas, relacionamentos e papéis. Kipper e Lopes (2006, artigo 13) mostraram que o ser avó é uma fonte de renascimento e renovação, isso porque uma nova identidade é requerida, com novos papéis e atribuições.

Os resultados indicam, portanto que a fase da gestação é descrita como um período importante para a reflexão sobre as drásticas alterações que o sistema familiar irá sofrer.

Marido e esposa têm a chance de imaginar como desenvolverão as atividades e tarefas próprias do novo papel. Da mesma forma, Bergami e Berthoud (1997) defendem que a adição do novo membro traz sentimentos gratificantes e, ao mesmo tempo, angústias, ansiedades, conflitos e um indescritível senso de responsabilidade. Lopes et al (2010, artigo 3) analisam que a mulher passa por um realinhamento emocional com a chegada do filho, e Piccinini et al (artigo 8) acrescentam que ocorre um aumento da sensibilidade e um crescimento emocional e psíquico. Quanto ao pai, os autores concordam que é comum que se sintam em segundo plano, já que a criança é gestada pela mãe, que media o contato dela com o pai. Os artigos abordam os sentimentos de exclusão, ciúmes e aumento da responsabilidade por parte dos pais. Pode haver conflitos entre os subsistemas conjugal e parental, o que requer flexibilidade.

Minuchin (1982) ressalta que quando nasce o primeiro filho, o sistema conjugal passa a ser também sistema executivo. Surgem então as responsabilidades de cuidado, nutrição e socialização de um novo membro. Para Kimura (1997, artigo 1) é com o tempo e a experiência que eles conseguem desenvolver autonomia e confiança, acrescentando ao repertório atitudes pessoais e criativas ao cuidar de seus filhos. O recurso aos modelos familiares é também discutido na teoria e nos textos atuais como possíveis fontes de aprendizagem para o desempenho dos novos papéis. Quanto à vida profissional da mãe, o referencial da Abordagem Sistêmica e os artigos atuais coincidem que o desenvolvimento da profissão ainda é um desafio, pois ainda há a expectativa familiar e social que a mulher abra mão de sua profissão no início da vida do bebê. As tendências atuais, contudo revelam a redução do número de filhos e a diminuição do índice de mulheres que deixam de trabalhar quando se tornam mães, segundo Souza et al (2011, artigo 4), e Scanove (2001, artigo 10). Mesmo assim, a questão profissional ainda é um desafio para a mulher, e o sentimento mais destacado no discurso delas é o de culpa.

Bergami e Berthoud (1997) afirmam que a elaboração da saída da casa dos pais exerce influências no manejo das relações com a família de origem. Para Kipper e Lopes (2006, artigo 13), o nascimento de um bebê pode aproximar as duas gerações, de pais e avós. Para os últimos, o neto tende a ser fonte de renovação e reestruturação de identidade e de papéis, em uma fase marcada por perdas naturais da idade. Em relação ao modelo deixado pelos avós

Bornholdt et al (2007, artigo 5), Levandowski e Piccinini (2006, artigo 7) e Lopes et al (2010, artigo 3) apontam que os novos pais se espelham em seus próprios pais, buscando recursos sobre como se conduzir na nova tarefa.

A diferença que mais se destacou entre a literatura da Abordagem Sistêmica e os achados relatados nos artigos foi quanto à atenção dirigida à participação do pai. Atualmente, mais estudos têm sido direcionados à questão do envolvimento paterno. A maior parte dos artigos afirma que a participação masculina no processo gestacional e nos cuidados com o filho vem aumentando gradativamente. Salientam uma postura protetora do marido em relação à esposa, especialmente no que se refere à divisão de tarefas domésticas e de atividades que envolvam a criança, visando uma equidade na responsabilidade parental. O papel tradicional de provedor continua sendo relevante para os homens. Como assinalado pela Abordagem Sistêmica, Bornholdt et al (2007, artigo 5), Piccinini et al (2004, artigo 12) e Silva e Piccinini (2007, artigo 15) apontam a questão financeira como uma das principais preocupações masculinas.

Pode-se dizer que uma solução ao melhor desempenho no cuidado com os filhos inclui a divisão de tarefas e de cuidados com os filhos como fatores potencialmente positivos para diminuir a exclusão dos pais; oferecer apoio às mães e às suas inseguranças, assim como estimular a que surjam menos conflitos entre os papéis profissionais e maternos. Isso ocorre apesar da persistência de expectativas sociais, familiares e pessoais da divisão clássica e tradicional de papéis na família.

Considerações finais

No contexto de tantas transformações socioculturais, econômicas e tecnológicas na atualidade, é possível observar mudanças significativas quanto aos papéis de pai e de mãe. Enquanto os casais optam pela redução da prole, os homens passam a se envolver mais com os cuidados e o desenvolvimento infantis, e as mulheres investem mais em suas carreiras profissionais. Tudo isso traz impactos na forma de relacionamento dos membros do sistema, e assim se faz necessário o estabelecimento de acordos, elaboração das mudanças e das experiências anteriores. Seguindo tendências globais, a família brasileira está em plena

transformação, e precisará realizar adaptações e ajustes a esse novo contexto.

Os achados deste trabalho indicam a relevância da consideração da família em uma perspectiva relacional tanto no que diz respeito à análise sobre a relação entre os membros da família atual quanto destes com a família de origem e ampliada, assim como com o contexto social. Na chegada do primeiro filho a mãe, o pai, o bebê, a família extensa, a rede social e laboral serão mutuamente influenciados e modificados. Assim como em outros pontos de transição do ciclo de vida familiar, nesta etapa será necessário um processo de reorganização das relações e o surgimento de novos padrões relacionais em todos os níveis. Esse é um processo gradativo que acompanha o período gestacional e colabora para que o casal elabore os desafios advindos com a nova fase. Essa elaboração continua se desenvolvendo depois da chegada do bebê. O sistema parental, que é acrescentado ao conjugal, precisa ser interdependente e cooperativo. Rituais e atividades de valor simbólico podem ajudar na percepção e vivência dos novos papéis. Os achados mais coincidentes entre os estudos nacionais destacam o aumento da participação do pai no preparo, nascimento e chegada do primeiro filho favorecendo de forma significativa o relacionamento familiar.

Seguramente, são necessários outros estudos sobre o tema. A ampliação dos conhecimentos sobre os novos padrões familiares podem colaborar para a compreensão desse complexo processo de mudança e poderá tornar essa passagem de fase no ciclo de vida familiar mais funcional. Os achados aqui discutidos não se referem à totalidade das famílias, pois muitas famílias brasileiras, menos favorecidas econômica e socialmente, têm experiências diferentes das obtidas na presente investigação.

Referências

Almeida, L. S.(2007) Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades das mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia, UFF*, 19(2), 411-422.

Bergami, N. B. B. & Berthoud, C. M. E. (1997) A família em fase de aquisição. In: C. M. O. Cervenly & C. M. E. Berthoud, *Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa* (pp.47-73). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Blay, E. A. (1978). *Trabalho Domesticado*. São Paulo: Ática.

Bornholdt, E. A. & Wagner, A.; Staudt, A. C. P. (2007). A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. *Psic. Clin.*, 19(1), 75-92.

Bradt, J. O. (2001). Tornando-se Pais: famílias com filhos pequenos. In: B., Carter & M. McGoldrick (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2a. ed.) (M. A.V. Veronese, Trad., 2a. ed.) (pp. 206-222). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).

Braga, J.(1978). *A Criança e Nós*. São Paulo: Saraiva.

Carter, B. & McGoldrick, M. (2001) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2ª. ed.) (M. A. V. Veronese, Trad., 2.ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989).

Cervený, C. M. O. & Berthoud, C. M. E. (1997). *Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cervený, C. M. O.; Berthoud, C. M. E.(2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Eisenberg, A., Murkoff, H. E. & Hathaway, S. E (1998). *O Bebê: o primeiro ano de vida de seu filho*. São Paulo: Martins Fontes.

Kimura, A. F. (1997). A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Rev. Esc. Enf. USP*, 31(2), 339-343.

Kipper, C. D. R. & Lopes, R. S. (2006). O tornar-se avó no processo de individuação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 29-34.

Levandowski, D. C. & Piccinini, C. (2002). A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 413-424.

Levandowski, D. C., Piccinini, C. A. (2006) Expectativas e Sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes e adultos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 17-28.

Lopes, R. C. S., Menezes, C., Santos, G. P.& Piccinini, C. A. (2006). Ritual de casamento e planejamento do primeiro filho. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 55-61.

Lopes, R. C. S., Prochnow, L. P. & Piccini, C. A. (2010) A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 295-304.

Maldonado, A. P. & Breschiliare, L. P. (2005). *O primeiro filho e as mudanças no ciclo familiar*. (Monografia de graduação não publicada). Universidade Estadual de Maringá.

Maldonado, M. T. P. (1982). *Psicologia e gravidez, parto e puerpério*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Maldonado, M. T. P. (1996). *Como cuidar de bebês e crianças pequenas*. São Paulo: Saraiva.

Minuchin, S. (1982). *Famílias funcionamento & tratamento*. (J. A. Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1974).

Moraes, C. (n. d.). Recuperado em 02 de julho de 2004 de www.wnet.com.br/users/clcmoraes/ciclo.htm.

Moreira, R. L. C. & A.; Rasera, E. F. (2010). Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. *Psicologia & Reflexão*, 22(3), 529-537.

Piccinini, C. A., Silva, M. R., Gonçalves, T. R., Lopes, R. S. & Tudge, J. (2004). O envolvimento paterno durante a gestação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 303-314.

Piccinini, C. A., Lopes, R. S., Gomes, A. G. & Nardi, T. (2008) Gestação e Constituição da Maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 63-72.

Scavone, L. (2001) Maternidade: transformações na família e nas gerações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 5(8), 47-60.

Shneider-Harpprecht, C. & Streck, V. (1996) *Imagens da família: dinâmica, conflitos e terapia do processo família*. São Leopoldo: Editora Sinodal.

Silva, M. R. & Piccinini, C. A. (2007) Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Paternidade e Envolvimento Paterno. Estudos de Psicologia*, 24(4), 561-573.

Souza, D. B. L. & Ferreira, M. C. (2005). Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. *Psicologia em Estudo*, 10(1), 19-25.

Souza, L. R., Rios-Neto & L. G. & Queiroz, B. L. (2011) *R. Bras. Est. Pop.*, 28(1), 57-79.